Processo n.º 54 / 2010

Recurso penal

Data da conferência: 17 de Novembro de 2010

Recorrentes: A

B

Principal questão jurídica:

- Recorribilidade da decisão sobre pedido de indemnização civil

SUMÁRIO

O recurso da parte da sentença relativa à indemnização civil não é admissível se a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor igual ou inferior a metade da alçada do tribunal recorrido.

O Relator: Chu Kin

**Acórdão do Tribunal de Última Instância
da Região Administrativa Especial de Macau**

Recurso penal

N.º 54 / 2010

Recorrentes: A

B

1. Relatório

No processo comum colectivo n.º CR3-06-0258-PCC do Tribunal Judicial de Base, o arguido foi condenado pela prática de um crime de homicídio negligente e uma contravenção estradal e C, como demandada civil foi condenada a pagar indemnização de MOP\$800.000,00 e MOP\$100.000,00 aos sucessores da vítima de acidente mortal, respectivamente a título de perda do direito à vida e de dano não

patrimonial da vítima, e de MOP\$300.000,00 ao demandante civil A a título de dano não patrimonial, sendo o valor total da indemnização MOP\$1.200.000,00.

C recorreu deste acórdão na parte respeitante à fixação do valor de indemnização em MOP\$800.000,00 por perda do direito à vida, pedindo a sua redução para metade.

Por acórdão de 29 de Julho de 2010 proferido no processo n.º 107/2009, o Tribunal de Segunda Instância julgou parcialmente procedente o recurso e reduziu a indemnização por perda do direito à vida para MOP\$650.000,00.

Deste acórdão vêm agora o assistente / demandante civil A e o outro demandante civil B recorrer para o Tribunal de Última Instância, pedindo que seja mantido o valor de indemnização de MOP\$800.000,00 por perda do direito à vida fixada na primeira instância.

Na resposta, a recorrida, C suscitou a questão de irrecorribilidade do acórdão do Tribunal de Segunda Instância.

Foram apostos vistos pelos juízes-adjuntos.

2. Fundamentos

Recorribilidade da decisão do Tribunal de Segunda Instância sobre o pedido de indemnização civil

O objecto do presente recurso consiste na decisão sobre a fixação do valor da

indenização por perda do direito à vida, o qual foi reduzido na segunda instância de MOP\$800.000,00 para MOP\$650.000,00.

Sobre a recorribilidade da decisão de indenização civil, dispõe o art.º 390.º, n.º 2 do Código de Processo Penal:

“2. O recurso da parte da sentença relativa à indenização civil é admissível desde que a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior a metade da alçada do tribunal recorrido.”

De acordo com o art.º 18.º, n.º 1 da Lei de Bases da Organização Judiciária (Lei n.º 9/1999), a alçada do Tribunal de Segunda Instância em matéria cível é de MOP\$1.000.000,00.

Ora, sendo o valor desfavorável para os recorrentes, na decisão de segunda instância, apenas no valor de MOP\$150.000,00, inferior à metade da alçada do Tribunal de Segunda Instância, tal decisão não é recorrível.

Assim, o presente recurso não é admissível.

3. Decisão

Face ao exposto, acordam em não admitir o recurso.

Custas pelos recorrentes com a taxa de justiça fixada em 1 UC, sem prejuízo do apoio judiciário concedido.

Aos 17 de Novembro de 2010

Os juízes : Chu Kin

Viriato Manuel Pinheiro de Lima

Sam Hou Fai